



CASA DO DOURO
Desde 1932

ASSEMBLEIA DA REPUBLICA	
Divisão de Apoio às Comissões	
CAM	
Nº Único	515342
Entrada / nº	34 Data 05/02/2015

C/c à Exma Senhora
Presidente da Assembleia da República

Exmo Senhor
Presidente da Comissão de Agricultura
Vasco Cunha (Dr.)

Nº Refª
14/2015

Data
03/02/2015

Exmo Senhor

De há anos para cá que sempre que fomos à Comissão de Agricultura tratar de assuntos da Casa do Douro saímos das reuniões com o sentimento de inutilidade das mesmas! Que foi aumentando! Chá, simpatia e as onze resoluções mais recentes do Parlamento não resolveram os problemas!

Ao apreciarmos atentamente a intervenção de todos os Senhores Deputados e do Sr. Secretário de Estado da Agricultura na Audição de 27 de Janeiro chegamos à conclusão de que, para se tentar ganhar alguma razão todos os meios serviram para os representantes dos Partidos que sustentam o atual governo o defenderem! Isto anda de facto tudo trocado! No dealbar da democracia ensinara-nos que tal postura era própria doutros quadrantes ideológicos.

Pelo facto exposto, e se não existir um sinal, por pequeno que seja, do respeito pelas Direções a que presidimos desde 1999 dispensaremos qualquer outra ida ou tomada de posição escrita junto da Comissão da Agricultura . E se ainda estivermos na Casa do Douro nenhum Deputado ou Governante da maioria ultrapassará a porta de entrada da Casa do Douro. De resto ao contrário doutros Deputados as poucas vezes que cá vieram foi por interesses próprios dos partidos que representavam ou do Governo. Vieram à procura de votos e traziam lágrimas de crocodilo!

Vamos dividir esta nossa posição em duas partes ambas resultantes do que ouvimos e vimos. A primeira mais generalista! A segunda mais factual.

Nestes 15 anos todos os Partidos do arco da governação caíram na tentação de tudo prometerem enquanto oposição e nada ou pouco realizarem após chegarem à governação. As excepções foram Pedro Santana Lopes e Prof. Serrano e confirmam a regra! Ao contrário do que se vê nos Parlamentos doutros Países, em Portugal os Deputados da maioria estão quase em exclusivo para apoiar as medidas governamentais ou para de vez em quando fazerem jogadas para porem o parceiro de coligação caso exista em dificuldades.

Dai que se torna absolutamente enfastiante que ainda haja Deputados a citar intervenções doutros Partidos em vez de se centrarem e estudarem bem os problemas ou adjectivar de ex) aqueles que ainda são (Direcção da CD) e que com enormes sacrifícios de toda a ordem trouxeram à Casa do douro até hoje, sem delapidar

património e tudo tentaram para resolver problemas que agora este governo pretende entregar o que é de todos apenas a alguns!

De igual modo e não menos enfastante foi perceber que os problemas são anteriores a 1999 e que responsabilizaram e muito os governos de então e que ninguém nessa Comissão lembrou o facto!

Quem permitiu que em 1989/1990 se elaborassem muitas dezenas de milhares de pipas de vinho generoso a mais? Que interesses estiveram na base deste consentimento! Na Audição nem os Deputados da maioria nem o Senhor Secretário de Estado concretizaram a situação.

Quiseram fazer crer que a Comissão da Agricultura foi, atravessada por uma lufada de ar fresco, já que se começou a falar doutros problemas que não os da Casa do Douro. Foram dados como exemplos o benefício, as aguardantes, o Vitis e outros!

Valha-nos Deus então essa Comissão não tem inúmeros documentos entregues desde 1999 pelas sucessivas Direções da Casa do Douro a que presidimos onde estes e outros assuntos fundamentais para os Viticultores eram escarpelizados. Tudo leva a crer que tais documentos não terão obtido a atenção devida por parte de muitos dos Senhores Deputados.

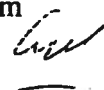
Vejamos agora aspectos mais concretos:

- **33 dias para eleições disse o Sr. Secretário de Estado** – há que demonstrá-lo! Nunca alguém nos vários actos eleitorais fez leitura tão arrevezada do legalmente estabelecido! A pratica onde intervieram muitos advogados e até Tribunais demonstram o contrário. Estamos absolutamente convictos de que tal não é legalmente possível. O Sr. Secretário de Estado falou seguramente apenas de parte do processo eleitoral. Apesar de tudo isto os Deputados da maioria disseram-lhe amén. Pelo que consta os Durienses vão responder-lhes no momento oportuno.

- **70 por cento dos viticultores concorreram ao acto concursal** continuou o Sr. Secretário de Estado – seria óptimo que assim fosse! Duvidamos que tal corresponda à realidade. Pensavamos até ouvir o Sr. Secretário de Estado que eram dados que só poderiam estar na posse exclusiva do júri e de quem está a contribuir para a conferência dos dados. Pelos vistos enganamo-nos. O Senhor Secretário de Estado saberá mais do que deveria e os Deputados da maioria nada estranharam!

- **pagamento de salários é uma vergonha o que se passa!**

Mais esquisito ainda é que se cite a venda da participação da Casa do Douro na RCV (que sendo possível, foi escrita como reacção à pouca vergonha instalada. De facto não há maneira de a CD receber o que o IVDP lhe deve há anos (três prestações referentes ao protocolo do cadastro); o que as Cooperativas não entregaram à CD (quotas recebidas dos viticultores); Contas do tempo da CIRDD de elevados valores (ver relatório da IGA). Esta dívida só não existe formalmente, porque faltou uma deliberação do Conselho Geral da CIRDD entretanto absorvida pelo IVDP. Esta falta poderia ser suprida por decisão do CI /IVDP; Indemnizações compensatórias definidas em 1997 em



estudo de organização financeira que trabalha para as Cooperativas e Crédito Agrícola. Isto será falar do passado? **Pois será? Mas se tudo isto tivesse sido resolvido como as pessoas e as organizações de bem fazem a Casa do Douro não teria problemas!**

- Mas nada se passou assim desde 1990 pelo menos. Todas as reformas institucionais se alimentaram na retirada de competências e receitas à Casa do Douro para as entregarem à CIRDD e ao IVDP. Tudo foi feito para provocar a asfixia financeira da Casa do Douro e os resultados actuais. Subscreveram-se protocolos com os Governos que os não cumpriram. Em 1997 com toda a solenidade subscreveu-se um contrato de pagamento da dívida da Casa do Douro avalizada pelo Estado para durar 20 anos com pagamentos das prestações em prazos certos. Ao contrário a realização das receitas tinha prazos incertos. Em 2003 o Dec. Lei 277/2003 ao retirar à CD a possibilidade de intervir no mercado garrotou-a completamente e prejudicou gravemente a pequena e média propriedade que com todos os prejuízos tem sido o sustentáculo da Região.

- **benefício** - todos os anos se fala do benefício para elaboração do Comunicado de Vindima. Tudo está claro! O Comércio sempre quis a distribuição do benefício em escada. Isto é só se atribuiria benefício à letra B depois de esgotada toda a capacidade da Letra A e assim sucessivamente. Esta atitude do Comércio tem merecido a oposição frontal da Produção que tem apresentado ano após ano propostas para que o assunto seja analisado entre vindimas. E tal tem sido aprovado por unanimidade só que o assunto entra em esquecimento com a conivência do Director e Subdirector Gerais que o Ministério pôs à frente do IVDP.I.P. Estes já o demonstraram claramente por mais que uma vez que não votarão qualquer assunto que fira as orientações da Tutela. Será isto o Interprofissional? Será isto a auto regulação pelas profissões? Será isto, como foi afirmado pelo Senhor Secretário de Estado a desestatização do Sector vitivinícola Duriense? Ou será pelo contrário o reforço da presença do Estado no Douro através do IVDP e da Direcção Regional do Norte?

- **porque não responde o IVDP à Casa do Douro sobre a questão pontual relacionada com a atribuição do Benefício a entidade que a ele não tem direito por decisão judicial?**

Porque não põe termo à aquisição de cartões sem uvas o que constitui um flagelo e uma péssima imagem da Região. A propósito a Casa do Douro sempre cumpriu exemplarmente a sua competência na área do cadastro pese embora tudo quanto se diga em contrário. Nunca perdeu uma acção em Tribunal sobre o cadastro!

- **aguardentes** – então este assunto não tem sido falado e trabalhado desde há anos. Na campanha eleitoral de 1999 este foi um dos assuntos fundamentais. Quem tem impedido que se aprofunde o estudo das posições apresentadas pela produção e pelos autarcas? A Produção não foi!

- **preços dos vinhos – uma vergonha!**

Até alguns comerciantes já não tem pejo em afirmar publicamente os preços de miséria praticados. Apesar disso há no seu seio quem compre quintas todos os anos enquanto os vicultores e suas Organizações passam por extremas dificuldades e muitos até tenham

entrado em falência ou estejam em vias de o fazer obrigando-se a vender vinhos e propriedades ao desbarato.

-Vitis - a Casa do Douro quis prestar Serviços aos Viticultores mas foi inequivocamente boicotada por todos os instalados (Centros de Gestão, Crédito Agrícola, Cooperativas, Funcionários Públicos, etc, etc) Destrua o Ministério primeiro a fortíssima e esquisita teia de interesses e só depois se poderá falar com o mínimo de seriedade. Vejam se as respostas dadas pelos Ministérios da Agricultura e da Solidariedade Social à Casa do Douro sobre produção e proteção integradas sobre contratação colectiva numa região onde o Produtor esta perfeitamente desamparado nas relações laborais. Não se diga que a Casa do Douro não prestou outros serviços aos viticultores. Mesmo depois da rescisão do Protocolo sobre o cadastro há imensos viticultores que sem a ajuda da Casa do Douro não conseguiriam resolver os seus problemas no IVDP e CEVD!

- representatividade da Casa do Douro – iremos ver proximamente, talvez mais cedo dos que muitos pensam a significativa representatividade da Casa do Douro apesar de todas as estratégias e tropelias que os sucessivos Governos levaram a cabo para a destruir. Esperamos que nessa altura sejam retiradas as devidas consequências. Hoje ninguém de bom senso deixa de reconhecer que o Dec. Lei 152/2014 está cheio de contradições geradoras de múltiplos imbróglis. Hoje já ninguém questiona que há uma Casa do Douro privada e ao mesmo tempo duas candidatas a pretenderem também representar os viticultores.

- não foi a falta de representatividade da Direcção que esteve em causa neste processo nem tão puco a sua legitimidade exclusiva. O Sr. Secretário de Estado sabe desde o início dos seus contactos que sempre demonstramos abertura para promover eleições que só não foram feitas porque fomos enredados num processo que se dizia demorar muito pouco tempo. Afinal de contas o processo transformou-se numa imensidão de tempo. Foi uma autêntica ratoeira para agora nos acusarem que as Eleições não se fizeram por nossa culpa. Para legitimar a Direcção era necessário antes de mais que o Conselho Regional se legitimasse a si próprio e só depois legitimaria ou não a actual Direcção. Também nas reuniões do CRCD sempre demonstramos claramente que poderiam substituir a Direcção. Porque não foi por diante esta ideia? É nosso entendimento que os Conselheiros que se reveem na Federação estavam certos de que iriam tomar o poder e por isso boicotaram o funcionamento do CRCD, tendo ao mesmo tempo envenenado outros Conselheiros da dita ALD. A relação de faltas dos Conselheiros assim o permite afirmar!

- representatividade das Cooperativas – Seria excelente que o IVDP e o Sr. Secretário de Estado dissessem alguma coisa sobre a carta que dirigimos ao Instituto sobre a representatividade de algumas Cooperativas. É que de ano para ano a representatividade varia em muito com associados que tem as suas propriedades muito longe da sede das visadas. Porque será? Isto poderá alterar significativamente os dados do concurso.

- dez reuniões com a Direcção da Casa do Douro - não nos demos ao trabalho de confirmar a exactidão destes números o que sabemos é que as reuniões com a Casa do

Douro serviram para o Senhor Secretário de Estado anunciar as suas decisões sem praticamente dar a possibilidade de qualquer negociação.

A contraproposta da Casa do Douro ao último documento entregue pelo Senhor Secretário de Estado em 24/07/2014 no respeitante à dação em pagamento nunca foi respondida.

- Todo o português está endividado em 16 euros por causa da Casa do Douro disse o Sr. Secretário de Estado -- haja decoro! Então não há múltiplas afirmações do Sr. Secretário de Estado e da Senhora Ministra no sentido de que os activos da Casa do Douro são superiores ao passivo? E são-no de facto.

- finalmente há nesse parlamento múltiplas Comissões de inquérito. Permitimo-nos dar o nosso entendimento de que o assunto Casa do Douro mereceria um inquérito muito profundo.

Sendo tudo o que se nos oferece dizer e esperando que V. Exas nos considerem pelo menos tão honestos politicamente e humanamente como são os Senhores Deputados subscrevemo-nos apresentando os nossos melhores cumprimentos.

Manuel António dos Santos



Presidente da Direcção da Casa do Douro

